

Urbanismo e Gênero: Apropriação Feminina da Rua Cel. Juvêncio Carneiro, Cajazeiras-PB

Urbanismo y Género: Apropiaación Femenina de Rua Cel. Juvêncio Carneiro, Cajazeiras-PB

Sessão Temática: Espaço urbano e regional: análise, planejamento e projeto

CARTAXO, Amanda Figueirêdo; Graduanda no curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário Santa Maria - UNISM

arqamandacartaxo@hotmail.com

VIEIRA, Rayssa Jordânia Tavares; Graduanda no curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário Santa Maria - UNISM

arqrayssajordania@gmail.com

MELO, Mirela Davi de; Mestra em Desenvolvimento Urbano (UFPE); Docente do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário Santa Maria - UNISM

mireladavi.m@gmail.com

Resumo

O presente trabalho dedica-se ao estudo da apropriação urbana por parte das mulheres. Dessa forma, fez-se necessário abordar a formação das cidades patriarcais, sob um contexto urbanístico, onde o planejamento é resultado da participação e visão masculina, que não conseguiu representar o público feminino nos espaços. Tais discussões oferecem embasamento para a compreensão das limitações encontradas pelas mulheres à medida que se apropriam dos espaços públicos na cidade. Nesse contexto, é realizado um estudo de caso na Rua Cel. Juvêncio Carneiro, na cidade de Cajazeiras no sertão paraibano, com o intuito de mostrar as consequências da ausência da participação feminina no planejamento urbano das cidades interioranas, analisando a qualidade de espaço urbano e dinâmica dos fluxos femininos. Diante disso, a presente pesquisa contribui para ampliar a compreensão da vivência diária feminina nas cidades e busca instigar ações e políticas públicas em prol de cidades livres e seguras para todos.

Palavras-chave: mulher. planejamento urbano. apropriação.

Abstract

The present work is dedicated to the study of urban appropriation by women. In this way, it was necessary to address the formation of patriarchal cities, under an urban context, where planning is the result of male participation and vision, which failed to represent the female audience in spaces. Such discussions provide a basis for understanding the limitations encountered by women as they appropriate public spaces in the city. In this context, a case study is carried out on Rua Cel. Juvêncio Carneiro, in the city of Cajazeiras in the hinterland of Paraíba, with the aim of showing the consequences of the absence of female participation in urban planning in inland cities, analyzing the quality of urban space and the dynamics of female flows. Therefore, the present research contributes to broadening the understanding of women's daily experience in cities and seeks to instigate public actions and policies in favor of free and safe cities for all.

Keywords: woman. urban planning. appropriation.

1. Introdução

A partir dos estudos da formação dos espaços urbanos, é possível identificar ausência de mulheres nas decisões urbanas. Como cita Ornat e Silva (2007), apesar da cidade ser fruto de um processo social dos indivíduos integrantes que se apropriam do meio urbano, a perspectiva feminina sobre esta é negligenciada ao longo da história por um obstáculo histórico-social-cultural de uma sociedade patriarcal e capitalista (SEBALHOS et al., 2019). Restringidas a esfera do lar, as mulheres foram privadas de debates e decisões políticas das cidades, sendo planejadas majoritariamente por homens (SIMÕES, 2020).

Portanto, com as diferentes construções de gênero, há uma discrepância em suas vivências espaciais, fazendo com que as mulheres não tenham a apropriação no meio urbano de forma plena e igualitária. Como cita Rodrigues (2017, p. 6), “uma mulher nem sempre escolhe um trajeto de deslocamento urbano pela sua distância, mas também, pela sensação de segurança que esse caminho proporciona.”. É importante salientar que as relações socioespaciais do gênero feminino possuem uma grande heterogeneidade, já que as opressões também surgem das características de classe, raça/etnia e sexualidade, teoria essa tratada pelo feminismo interseccional (DE FIGUEIREDO; MARTINS, 2020).

Levando em consideração que o cenário apresentado está presente nas diferentes escalas urbanas, em cidades menores a problemática se expande, já que em sua maioria o planejamento urbano é ignorado, devido à dificuldade em criar diretrizes em um espaço urbano de constante processo de transformação (SOUZA, 2001). Além disso, como retrata De França et al (2019), a ausência de participação social nas decisões das cidades auxilia da perpetuação de ações que não alcançam a totalidade da população.

É nesse contexto que a cidade de Cajazeiras se insere. Situada no interior do estado da Paraíba, possui uma população estimada de 62.576 habitantes, sendo 52,2% mulheres

(IBGE, 2010), que fazem deslocamentos intraurbanos durante suas rotinas. No bairro Centro, onde se encontra o polo comercial da cidade, está localizada a Rua Cel. Juvêncio Carneiro, que possui uma grande variedade de empreendimentos e fluxo intenso de pedestres e veículos.

Destarte, o objetivo do presente trabalho é identificar como acontece a apropriação de mulheres na Rua Cel. Juvêncio Carneiro. Para isso, a pesquisa adota uma metodologia que tem como ponto de partida a investigação quantitativa e qualitativa da via, coletando os dados para interpretá-los com base na literatura estudada.

2. Referencial Teórico

2.1 Formação dos espaços urbanos pela ótica feminina

Com a alteração do modo de vida, tendo em vista o surgimento da domesticação de animais e a chegada da propriedade privada, os patriarcas tomam responsabilidade por cuidar e tutorar a família, formando assim uma sociedade patriarcal (LEITE, 1994). Consequentemente, as cidades se desenvolveram através de pensamentos e organizações masculinas, que eram apáticos a figura feminina e perpetuavam a exclusão da mesma (VIEIRA; COSTA, 2014). Portanto, a expansão e criação das urbes se deu de maneira segregada e hierarquizada.

A concepção supracitada teve como finalidade restringir as mulheres ao lar e banir qualquer tipo de convívio social (BOURDIEU, 2002), causando intimidação e insegurança, bem como um sentimento de não pertencimento e desconforto, uma vez que os espaços não eram pensados para o gênero feminino (SEBALHOS et al., 2019). Em decorrência disso, para a mulher como um sujeito político, ser isolada da vivência, causa um impacto negativo, já que conforme Fabíola Lessa Vianna (2014, p. 25), “o espaço público é considerado o espaço político por excelência”, portanto, as mulheres foram privadas de debates e decisões políticas das cidades, sendo planejadas majoritariamente por homens (SIMÕES, 2020).

Dentro desse contexto, as mulheres eram limitadas a esfera do lar. E as atividades eram divididas de acordo com o sexo dos indivíduos, onde acreditava-se que existiam trabalhos para os homens e outros para as mulheres (SIMÕES, 2020). Além da desigualdade de gênero, supervalorização do trabalho do homem e partição assimétrica dos serviços, as mulheres assumiam as maiores responsabilidades, como cuidar das crianças e enfermos (SILVA, 2017).

Diante disso, mudanças tecnológicas e econômicas do capitalismo promoveram, de forma simultânea, uma reflexão sobre assuntos sociais. Foi durante essa nova organização do processo produtivo e comportamental, Revolução Industrial, que as mulheres passaram a trabalhar em fábricas por necessidade de aumentar a renda familiar. No entanto, sofriam com as condições precárias e sempre inferiorizadas em relação ao trabalho dos homens, além da sensação de não pertencimento ao mundo industrial. (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

Porém, esse avanço não significou o fim do preconceito e da discriminação das mulheres. As trabalhadoras eram expostas a situações constrangedoras e humilhantes, além da infraestrutura precária e dos abusos sexuais sofridos por seus próprios empregadores no ambiente de serviço, causando danos à saúde física e mental, até mesmo gravidez interrompidas (MONTEIRO; GRUBBA, 2017). Ao longo de toda história, as mulheres foram tratadas de forma insignificante e desigual em comparação ao sexo masculino, porém, o Ministério do Trabalho dispôs de um regulamento que garantiam direitos básicos para as condições de trabalho feminina, como observa Amaral (2012):

Essa regulamentação dispunha sobre o fim do trabalho noturno e em lugares insalubres para as mulheres; previa locais higiênicos de trabalho e a utilização de cadeiras que permitiam o trabalho sem grande exaustão; garantia às mulheres grávidas o direito de não trabalharem por dois a três meses; concedia descansos diários para amamentação dos bebês e lugar nas fábricas onde eles pudessem ficar (AMARAL, 2012).

Apesar disso, as regalias sobreditas eram burladas. Por conseguinte, as operárias uniram-se para lutar por seus direitos e conquistar mais espaço e respeito (AMARAL, 2012). Assim, em 1897 sucedeu o movimento denominado Sufragista, que originou diversas manifestações motivadas pela busca das mulheres por igualdade, bem como pelo acesso aos espaços de decisões políticas, como por exemplo, o direito ao voto (MONTEIRO; GRUBBA, 2017). Esta ação foi marcada por angústia, onde durante a luta por voz e voto, as mulheres se sacrificaram, que implicou em torturas, rejeições familiares e levou muitas mulheres a serem crucificadas pela sociedade e, por diversas vezes, terem suas liberdades restringidas, como expõe Monteiro e Grubba (2017).

Com passar de anos de conflito, em 1932, no contexto brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas esclarece no Decreto-lei nº 21.076, “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932). Contudo as mulheres continuam lutando para adquirir liberdade e seu espaço de direito, na sociedade. Já que, pelo exposto, pode-se declarar que com o prosseguimento do patriarcado na estrutura social brasileira, as mulheres ainda não se apropriam dos espaços públicos da mesma maneira que os homens (SIMÕES, 2020), dado que o mundo e suas organizações pertencem ao olhar masculino e os espaços urbanos foram construídos para ocultar a mulher (BEAUVOIR, 1986). E, ainda que tenham conquistado os direitos fundamentais, como voto, trabalho e educação, até então não há uma igualdade plena entre os sexos (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

2.2 Mulher e a cidade contemporânea

Como citado anteriormente, ao longo do processo histórico, as mulheres buscaram seu protagonismo e independência nos âmbitos social, cultural e econômico. Embora a figura feminina tenha ganhado um maior espaço nas atividades sociais, principalmente relacionadas ao trabalho, as mulheres, em pleno século XXI, ainda são associadas às demandas do lar e a sua história continua sendo marcada por uma luta diária contra visão sexista e patriarcal enraizada nos comportamentos sociais e persistem em busca pelo seu direito pleno ao acesso

à cidade (SARMENTO, 2018). Como confirma Sader et al (2019), que cita dados em que, apesar da maior predominância do gênero feminino com ensino superior completo no país, as mulheres ganham em média 75% do que os homens ganham e se deslocam pela cidade tanto quanto ou mais que eles.

Os autores ainda reforçam que, como consequência da falta de participação de mulheres no planejamento das cidades, suas necessidades muitas vezes são ignoradas e sua relação com o meio urbano se torna fragilizada. Dessa maneira, é possível compreender que, apesar de estarem de forma mais efetiva nos cenários urbanos, realizando seus deslocamentos diários, com dupla ou tripla jornada de trabalho, as imposições de gênero interferem na mobilidade e apropriação feminina nos espaços, já que estes não foram planejados para recebê-las. (GONZAGA, 2011).

Discutido no livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jane Jacobs (2014) destaca a dinâmica do meio urbano que valoriza a função e a máquina e que esquece dos seus moradores, criando traçados que podem repulsar determinados usuários. Diante disso, pela ausência de representatividade das decisões da cidade, não é reproduzido nas mulheres sensação de pertencimento, devido, principalmente, à ações de violência e hostilidade, como assédio (ORNAT; SILVA, 2007).

Nesse sentido, com os altos índices de estupros, assédio e feminicídio, além da constante objetificação do corpo feminino, se tornam fatores que influenciam os comportamentos das mulheres, gerando desconforto e insegurança (RODRIGUES, 2017). Segundo o relatório de pesquisa “Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em maio de 2021, cerca de 17 milhões de mulheres foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses, sendo em sua maioria mulheres pretas, com cerca de 28,3%. Além disso, 37,9% das brasileiras sofreram algum tipo de assédio sexual, equivalente a mais de 26 milhões de vítimas.

Fica indubitável, portanto, que as diferentes possibilidades de deslocamentos são frutos da organização socioespacial, que os elementos urbanos determinam seu trajeto e geram insegurança. Dentre eles, Rodrigues (2017) cita a falta de iluminação e segurança pública, áreas de pouco movimento de pessoas e veículos, terrenos abandonados, além de falta de visibilidade, ou seja, obstáculos visuais que isolam uma determinada área. Com a mudança do seu trajeto, é possível que a mulher prefira um caminho mais longo, porém, com a sensação de maior proteção (RODRIGUES, 2017).

Contudo, embora o urbanismo deva ser igualitário e democrático, sem qualquer discriminação (SADER et al.,2019), as relações socioespaciais e as experiências cotidianas do gênero feminino possuem uma grande heterogeneidade. O conceito estudado pelo feminismo interseccional, afirma que as opressões também surgem das características de classe, raça/etnia e sexualidade, como explica De Figueiredo e Martins (2020). Destarte, ao se analisar a problemática de forma mais detalhada, a falta de representatividade se agrava, levando em consideração que os planos diretores, que é o principal meio de determinação de

diretrizes políticas para o desenvolvimento urbano, não consideram de forma eficaz a diversidade citada (GONZAGA, 2011).

É importante salientar que, a apropriação feminina discutida até então está presente desde grandes centros urbanos às menores cidades, sendo estas últimas inseridas em um cenário preocupante, onde em sua maioria há ausência de planejamento. Apesar do Estatuto da Cidade (2001) determine que cidades acima de 20 mil habitantes tenham um plano diretor, é recorrente que as mesmas dispensem a participação popular, embora seja a população o usuário do espaço urbano, seja ele público ou privado (DE FRANÇA, et al., 2019). Com a maior participação social na gestão política e urbana, no caso da perspectiva feminina, seria possível identificar juntamente com as usuárias os elementos urbanos que as causam insegurança e desconforto, propondo diretrizes para uma maior inclusão e apropriação.

O objeto de estudo desta pesquisa é a Rua Coronel Juvêncio Carneiro, que está situada no Bairro Centro da cidade de Cajazeiras – Paraíba, Brasil (figura 1). A mesma é bastante movimentada, por interligar áreas cruciais da urbe e pelo fato de agrupar diversos comércios e serviços fundamentais a população, como por exemplo bancos, farmácias e a prefeitura da cidade. Sendo assim, há um tráfego significativo de automóveis e pessoas, não apenas do próprio município, mas também de cidades circunvizinhas.

Figura 1: Localização da Rua Cel. Juvêncio Carneiro na cidade de Cajazeiras-PB.



Fonte: Google Maps (2022) e editado pelas autoras (2022).

3. Metodologia

Para a determinação das técnicas de coleta e interpretação de dados para o estudo de caso, foram elaboradas quatro etapas metodológicas, descritas a seguir.

- Revisão bibliográfica: síntese sobre o processo histórico da formação e desenvolvimento da cidade pela perspectiva feminina, tomando como base artigos científicos, teses e livros, buscando destacar seu papel na sociedade até o período contemporâneo e compreender como essa construção social e cultural influencia seus trajetos e apropriação do espaço público.
- Levantamento físico e estudo morfológico: delimitação do objeto de estudo, realizando o levantamento físico da Rua Cel. Juvêncio Carneiro, considerando as dimensões das vias públicas (rua e calçadas). Além do registro dos obstáculos visuais e pontos de iluminação presentes.
- Observação comportamental e apropriação do público alvo: descrever por meio de mapas esquemáticos e quadros os fluxos e mudanças de trajeto das mulheres na Rua Cel. Juvêncio Carneiro em dias e turnos diferentes - um dia entre segunda e sexta-feira e um dia no final de semana, ambos no turno manhã e noite. Além disso, destacar os pontos de descanso escolhidos pelas usuárias.
- Análise de Dados: interpretação dos resultados a partir da literatura estudada, levando em consideração os seguintes critérios de análise descritos na Figura 2. Estes possuem como base alguns dos elementos de influência no traslado feminino citado por Rodrigues (2017).

Assim, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, visto que o objetivo é proporcionar uma aproximação com a realidade de um grupo social e construir hipóteses para tais comportamentos (GIL, 2008). Além disso, utiliza abordagem quantitativa e qualitativa, pois buscou-se observar um determinado fenômeno, com o auxílio de coleta de dados do espaço para uma maior compreensão dos problemas encontrados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Figura 2: Critérios de Análise de Dados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

4. Apropriação na Rua Cel. Juvêncio Carneiro

4.1 Levantamento físico e estudo morfológico

Para que fosse possível elaborar de maneira prática, o levantamento físico foi realizado a partir da disponibilização do mapa da cidade de Cajazeiras pelos profissionais da Prefeitura Municipal. Após feito o recorte do objeto de estudo (Figura 3), fica evidente algumas das suas características espaciais. A Rua Cel. Juvêncio Carneiro possui cerca de 500 metros de comprimento, apresentando de mão-dupla e mão-única devido a sua variação morfológica.

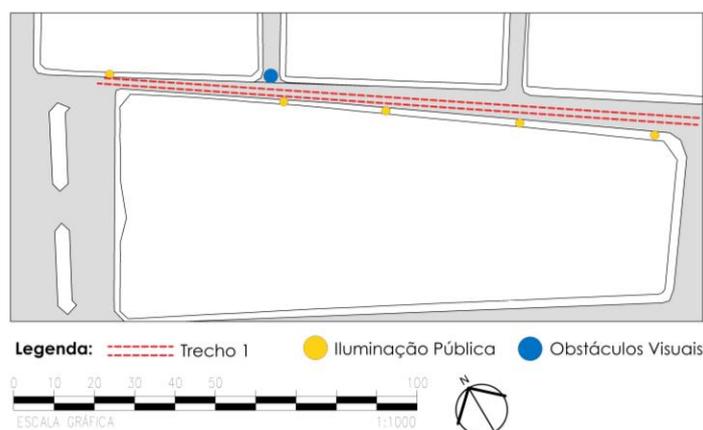
Figura 3: Mapa da Rua Cel. Juvêncio Carneiro.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

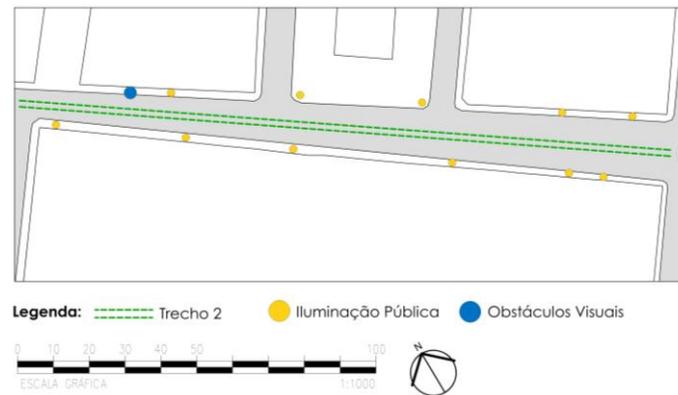
Em uma das suas extremidades, a rua apresenta cerca de 21 metros de largura para o leito carroçável e calçadas de 2 metros, enquanto na outra extremidade foi identificado cerca de 2,75 metros para o leito carroçável e calçadas entre 0,90 e 1,30 metros. Destarte, devido a sua extensão, o objeto de estudo foi dividido em 3 trechos para um maior entendimento. Em relação a iluminação pública, como é representado na Figuras 4, 5 e 6, a via possui 27 pontos de luz, sendo a menor quantidade no trecho 1 e tendo auxílio da iluminação dos próprios comércios.

Figura 4: Trecho 1 - Iluminação e obstáculos visuais.



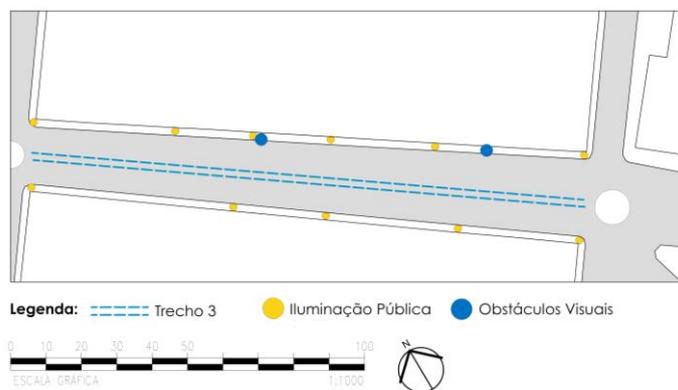
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Figura 5: Trecho 2 - Iluminação e obstáculos visuais.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Figura 6: Trecho 3 - Iluminação e obstáculos visuais.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Ao analisar em campo, foi identificado 4 elementos que podem ser considerados obstáculos visuais, pois os mesmos fazem com que isolem uma determinada área e influenciam a usuária a mudar seu trajeto. No trecho 1, há presença de caçambas para o depósito de entulho sob a calçada (Figura 7), já no trecho 2, encontrou-se um pequeno quiosque fixo de ponto de moto-táxi juntamente com uma árvore de médio porte (Figura 8). Da mesma forma acontece no trecho 3, onde apresentou-se, também acompanhados de árvores, um quiosque de moto-táxi e outro de serviço de sapateiro.

Figura 7: Obstáculo Visual.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Figura 8: Obstáculo Visual.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Como visto, os elementos físicos podem contribuir ou inibir determinados comportamentos, por isso, para complementar a análise, serão investigadas as apropriações descritas posteriormente.

4.2 Observação comportamental e apropriação do público alvo

Ao levar em consideração que a Rua Cel. Juvêncio Carneiro é uma via predominantemente comercial e de serviços, a apropriação das usuárias se daria de forma diferente em dias úteis e em dias durante o final de semana. A partir disso, foi escolhido dois dias para a observação, sendo um deles quarta-feira, dia 20 de outubro de 2021, e domingo, dia 24 de outubro de 2021, ambos pelo turno da manhã e da noite.

Desse modo, a interpretação dos dados a seguir levarão em consideração dos critérios de qualidade do espaço urbano (iluminação e calçadas), dinâmica dos fluxos femininos (traslados frequentes e pontos de permanência) e segurança e conforto (obstáculos visuais e mudança de tráfego ao mudar os turnos), continuando com a divisão da via em três trechos.

Assim, começando pela quarta-feira no turno da manhã, em geral, foi observado uma grande presença de mulheres transitando nas vias e nos comércios. Enquanto pelo turno da noite, houve uma perceptível diferença de apropriação. Apesar de possuir uma mudança natural devido ao não funcionamento de grande parte dos estabelecimentos nesse horário, os usuários eram majoritariamente homens, enquanto mulheres possuíram fluxos mais moderados e em sua maioria acompanhadas.

Quadro 1: Observação na Quarta-feira (20/10/2021).

Observação - Quarta-feira (20/10/2021)	
Manhã – 9 às 12 horas	
Trecho 1	Foram identificados fluxos intensos em sua maioria e apenas um ponto de descanso. Acredita-se que, por esse trecho possuir largura menor de calçadas, seja mais desconfortável realizar momentos de parada. Entre suas mudanças de trajeto estavam o uso de faixas de pedestre e o desvio do primeiro obstáculo visual, em que a maioria das mulheres preferiram desviar caminhando pelo leito carroçável, sendo uma atitude mais arriscada.
Trecho 2	O fluxo intenso feminino e a mudança de trajeto pela faixas de pedestres permanecem no trecho 2, não sendo influenciados pelo obstáculo visual presente. Já os pontos de permanência, percebeu-se a apropriação da Praça João da Mata, onde se localiza a Prefeitura Municipal e possui assentos com áreas de sombreamento e árvores.
Trecho 3	No trecho 3, onde possui estabelecimentos de maior porte e calçadas mais largas, os pontos de parada aumentaram, independentemente dos obstáculos visuais encontrados.

Noite – 19 às 22 horas	
Trecho 1	Houve o deslocamento de apenas uma mulher e o ponto de permanência em uma farmácia. Além disso, foi identificado iluminação insuficiente e uma menor quantidade de fachadas ativas no turno, potencializando as chances de casos de violência e criminalidade.
Trecho 2	É possível identificar as mesmas características para o trecho 2, possuindo maior movimentação já próximo ao trecho 3, porém com pontos de descanso na praça, bancos e farmácias e poucas mudanças de trajeto.
Trecho 3	Já no último trecho, também houve a presença de pontos de descanso nesses tipos de estabelecimentos, todavia permaneceu-se a área de maior intensidade de fluxos em comparação ao restante nesse turno.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Partindo para a análise do objeto de estudo durante o domingo pela manhã, observou-se uma menor apropriação em comparação ao primeiro dia no mesmo horário, porém com características parecidas em relação aos trajetos principais, como a intensa procura pelos empreendimentos de serviço e pontos de permanência similares.

Quadro 2: Observação no Domingo (24/10/2021).

Observação - Domingo (24/10/2021)	
Manhã – 9 às 12 horas	
Trecho 1	A presença de fachadas inativas se perdurou neste turno, identificando também apenas uma usuária, a qual não prosseguiu a caminhada pelo trecho
Trecho 2	Foi percebido uma maior liberdade na mudança de trajetos nas vias, possivelmente devido ao menor fluxo de veículo ao se comparar com um dia útil.
Trecho 3	Houve a repetição das características do trecho 2.
Noite – 19 às 22 horas	
Trecho 1	Houve similaridade entre os fluxos e pontos de paradas do dia anterior, mantendo maior apropriação nas fachadas dos empreendimentos abertos naquele horário.

Trecho 2	Houve a repetição das características do trecho 1.
Trecho 3	Também houve a repetição das características do trecho 1.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Fica evidente, portanto, que a apropriação das mulheres na Rua Cel. Juvêncio Carneiro, principalmente ao analisar as mudanças dos turnos, é diretamente influenciada pelos estabelecimentos em que se encontram abertos. Estas usuárias preferiram caminhos que eram mais movimentados, com fachadas ativas, calçadas mais largas e maior permeabilidade visual. Como cita Jane Jacobs (2014), um espaço público que promove maior ocupação de usuários e vitalidade urbana, mais do que cria uma cidade saudável, mas também promove “os olhos da rua”, uma vigilância informal que gera a sensação de maior segurança, principalmente para o público feminino.

Durante o turno da manhã, foi perceptível a maior liberdade nos deslocamentos, usufruindo de áreas de sombreamento, comércios e serviços, as quais são espaços mais aprazíveis e de frequente ocupação (CULLEN, 1971). Em geral, o trecho 1 e grande parte do trecho 2 se tornaram áreas com menos interações e caminhadas, especialmente à noite, exemplificando de forma clara como o desenho e os elementos urbanos determinam as atitudes femininas, se tornando alvo de estudo e de soluções para que se evite uma configuração segregante no espaço público (RODRIGUES, 2017).

Destarte, a iluminação mostrou-se ser outro ponto relevante na apropriação, visto que este fator é evidenciado durante a observação, em que as mulheres evitaram transitar em trechos que possuem menos pontos de iluminação e realizaram a mudança do seu trajeto por outras vias.

5. Considerações Finais

Este artigo se desenvolveu a partir da busca pela compreensão da apropriação urbana das mulheres, que buscam inclusão e participação. Tendo isso em vista, foi observado que homens e mulheres desenvolvem espacialidades urbanas diferenciadas, diretamente relacionada a construção patriarcal da sociedade e da falta de um planejamento que considere os interesses e necessidades do gênero feminino. Assim sendo é que se nota a importância das pesquisas que avaliem o espaço urbano sob o ponto de vista das mulheres e que desconstruam o discurso urbanista enraizado, seguindo padrões masculinos, que conceberam as cidades.

Portanto, neste artigo foi identificado a ocupação das mulheres na Rua Cel. Juvêncio Carneiro, levando em consideração a influência dos elementos presentes no espaço e as mudanças de turno. A partir da metodologia construída para este estudo de caso, foi constatado que os deslocamentos femininos ocorrem de acordo com a segurança e movimentação das vias,

mesmo que sejam mais longos e demorados. Bem como a percepção da redução da ocupação por mulheres, na rua supracitada, durante o turno da noite, prevalecendo em espaços mais iluminados. Assim como foi possível observar que, nos turnos diurnos, elas se sentiam mais confortáveis e livres em seus trajetos.

A partir desta investigação teórica e empírica aqui efetuada, pode-se refletir alguns aspectos da realidade socioespacial e do planejamento, que necessita de um mecanismo para a organização da dinâmica urbana, que vise mais as demandas femininas, minimizando os problemas existentes e gerando maior equidade entre os gêneros. Este pode acontecer através de reuniões, pesquisas e audiências para que a questão de gênero possa ser discutida e para compreender a realidade local.

Referências:

AMARAL, G. A. "Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho". **Revista eletrônica UFJ**, Vol.8 n.2, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Trad. Sérgio Milliet.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Trad. Maria Helena Kühner.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, [1988] 2003. **Lei nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 01 out. 2021.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. São Paulo, Martins Fonseca, 1971.

DE FIGUEIREDO, P. S., & MARTINS, V. S. (2020). "O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista". **ODEERE**, 5(10), 334-344.

DE FRANÇA, I. S.; COSTA, V. A. M.; FONSECA, M. A. "Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades". **Ágora**, v. 21, n. 1, p. 119-131, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A Vitimização de mulheres no Brasil**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2021. São Paulo: FBSP, 2021. p. 22- 32.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONZAGA, T. de O. **A cidade e a Arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo, Annablume, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>>. Acesso em: 02 set. 2021.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEITE, C. L. de P. **Mulheres Muito Além do Teto de Vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. “A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas”. **Direito e desenvolvimento**, vol. 8 n.2, João Pessoa, 2017.

ORNAT, M.; SILVA, J. M. “Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná”. In: **Revista de História Regional**, v. 12, n. 1, p. 177 – 188, 2007.

RODRIGUES, C. F. “A mulher no espaço público: uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço”. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero e Mundo de Mulheres**, 13., 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: MM, 2017. p. 1-12.

SADER, A. P. C.; NICOLETE, J. N.; GOMES, M. F. **As Mulheres e o Direito à Cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea**.

SARMENTO, D. P. G. “A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina”. **Dearq**, no. 23 (2018), pp. 64-71.

SEBALHOS, C. F.; Flores, A. R.; Coelho, D. C. S. M. “Violência, Gênero e Urbanismo: Aspectos da Dominação Masculina na Organização das Cidades”. **Pixo**, N. 9, V. 3, 2019.

SILVA, N. A. da; FARIA, D.; PIMENTA, M. “Feminismo e o espaço urbano, apontamentos para o debate”. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017.

SIMÕES, B. P. M. **Marcas urbanas das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais de interesse social prof. Paulo Bandeira, José Aprígio Vilela e Parque dos Caetés no bairro Benedito Bentes, em Maceió/AL**: “transitar é um direito nosso!”. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

VIEIRA, C. A.; COSTA, A. A. A. “Fronteiras de gênero no urbanismo moderno”. **Revista feminismos**. Vol.2, N.1, abr., 2014.